

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 522.599 - PE (2019/0212681-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : WAGNER DOMINGOS DO MONTE E OUTRO**  
**ADVOGADO : WAGNER DOMINGOS DO MONTE - PE028519**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : CARLOS ROBERTO DA SILVA JÚNIOR (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS ROBERTO DA SILVA JÚNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento da Apelação Criminal n. 93230-7.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 70 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, e no art. 288, todos do Código Penal.

No julgamento da apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao pleito defensivo, apenas para excluir da condenação a decretação da perda do cargo.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que a dinâmica dos fatos evidenciaria a ocorrência dos crimes em continuidade delitiva, que deveria ser reconhecida.

Assevera, que em razão do seu reconhecimento, o paciente deveria ser submetido a julgamento por novo júri, nos termos do art. 607 do CPP.

Requer a concessão sumária e definitiva do *writ* para que seja reconhecido o crime continuado em seu favor, bem como a sua submissão a novo julgamento pelo tribunal do júri.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas.

O MPF manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Insurge-se o impetrante contra a não aplicação do crime continuado aos fatos ilícitos praticados, pleiteando, conseqüentemente, o julgamento por novo júri.

Com efeito, verifica-se que a questão da caracterização da continuidade delitiva não foi alvo de debate na instância de origem, de forma que a incursão deste Sodalício no tema implicaria indevida supressão de instância, inadmissível na via eleita.

Confira-se:

*HABEAS CORPUS. PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE  
QUALIFICADO. MOTIVO TORPE E RECURSO QUE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. REVISÃO QUE DEPENDE DO REVOLVIMENTO DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DO FEITO POR DEFICIÊNCIA NA DEFESA TÉCNICA, DA CONTINUIDADE DELITIVA E DA ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA NÃO APRECIADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EQUÍVOCO NA DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*1. O Tribunal do Júri da Comarca de Araraquara/SP reconheceu ter o Paciente praticado o crime de homicídio duplamente qualificado (motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima) e o de ocultação de cadáver. Ao proceder à dosimetria das penas, o Juízo de primeiro grau fixou a pena final em 17 anos e 6 meses de reclusão e 10 dias-multa, em razão da incidência do art. 69 do Código Penal.*

*2. As questões referentes à alegada deficiência na defesa técnica do Paciente, à continuidade delitiva e à atenuante da menoridade relativa não foram apreciadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de modo que não podem ser conhecidas originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.*  
(...)

*5. Habeas corpus não conhecido, com a determinação de envio dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo para as medidas que couber à espécie.*

*(HC 458.181/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019)*

Ainda no mesmo sentido:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO QUANTO AOS PEDIDOS DA DEFESA. INOCORRÊNCIA. QUESITO. NULIDADE. PRECLUSÃO. SOBERANIA DO VEREDICTO. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FILHOS ÓRFÃOS. MOTIVAÇÃO CONCRETA. CULPABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. CONTINUIDADE DELITIVA. TESE NÃO APRECIADA PELO EG. TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*  
(...)

*VII - A jurisprudência desta Corte Superior tem considerado motivação idônea para o desfavorecimento das consequências do delito de homicídio, o fato de a vítima deixar dependentes desguarnecidos, desdobramento que não é ínsito ao tipo penal (precedentes).*

*VIII - Por outro lado, quanto à culpabilidade, as instâncias ordinárias se limitaram a descrever características inerentes ao próprio tipo penal, não apresentando qualquer fundamentação concreta que desabonasse a culpabilidade do paciente, razão pela qual se mostra*

# Superior Tribunal de Justiça

inidônea a motivação apresentada.

*IX - Não se verifica qualquer flagrante ilegalidade decorrente do aumento em fração de 2/3 na segunda fase da dosimetria, em virtude da presença de quatro circunstâncias agravantes, quais sejam, as previstas no art. 61, I (reincidência); 61, II, e (crime contra irmão); 62, I (mandante do crime), todos do CP. A qualificadora do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima também foi utilizada como agravante, uma vez que o motivo torpe serviu para qualificar o delito.*

*X - Tendo em vista que a tese acerca da continuidade delitiva sequer foi apreciada pelo eg. Tribunal de origem, fica esta Corte impedida de examinar tal alegação, sob pena de indevida supressão de instância (precedentes).*

*Habeas Corpus não conhecido.*

*Ordem concedida, de ofício, apenas para determinar que o eg.*

*Tribunal a quo redimensione a reprimenda aplicada ao paciente.*

*(HC 375.050/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 31/05/2017)*

Ante o exposto, inexistindo constrangimento ilegal na hipótese passível de conhecimento por este Sodalício, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o MPF.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator